



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



Evidências do Gap de Gênero dos Estados Brasileiros

Fernanda Josefina Silva de Sá – Bacharel em Ciências Econômicas UFV | Ana Cecília de Almeida – Professor Adjunto do Departamento de Economia UFV | Andrezza Luiza Batista – Doutora em Economia Aplicada DER UFV

Gênero, Desigualdade, Estados Brasileiros.

Introdução

Nos anos 1990, pode ser observada uma redefinição do papel da mulher na sociedade brasileira através da redução da taxa de fecundidade e do analfabetismo feminino, bem como da melhora nos rendimentos das mulheres por meio de um substancial aumento da taxa de participação feminina na População Economicamente Ativa (MELO e BANDEIRA, 2005). Mesmo diante disso, ainda é presente a desigualdade de gênero em vários aspectos sociais e econômicos. Buscando medir essa desigualdade no Brasil, esse trabalho estima o nível de desigualdade de gênero para cada estado do Brasil para os anos de 2014 e 2018, por meio da construção do IGG (Índice de Gap de Gênero).

Objetivos

O objetivo desse trabalho é medir o nível de desigualdade de gênero para cada estado brasileiro, nos anos 2014 e 2018, e verificar se há variação em termos de equidade de gênero entre eles. Para isso, foi construído o IGG Índice de Gap de Gênero, o qual é composto por quatro dimensões – Educação, Participação e Oportunidade Econômica, Empoderamento Político e Saúde. Os dados foram retirados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do Data SUS (Departamento de Informática do SUS) e do TSE- Portal de Dados Abertos (Tribunal Superior Eleitoral).

Material e Método

A construção do IGG é baseada no *Gender Gap Index*, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial. Sua pontuação varia entre 0 e 1 – quanto mais próximo de 0 maior a desigualdade e quanto mais próximo de 1, menor a desigualdade. Seu método de estimação é feito com base em quatro etapas, sendo elas a conversão em razões - os dados disponíveis são convertidos na razão feminino/masculino. Isso garante que sejam capturadas as lacunas entre homens e mulheres nos indicadores observados; o truncamento dos dados - os dados obtidos nas razões calculadas anteriormente são truncados em seu padrão de igualdade, considerado 1 o valor mais alto. Ou seja, indicadores que possuírem razões maior que 1, indicando uma inversão do gap de gênero (valores maiores que 1 significam uma vantagem para as mulheres em relação aos homens), são trazidos para a igualdade; o cálculo da pontuação - cálculo da pontuação de cada subíndice, por meio das médias ponderadas dos indicadores dentro de seus respectivos subíndices. São criados pesos para cada indicador dentro de cada subíndice de modo que eles sejam normalizados pelos seus respectivos desvios padrões. Assim, cada indicador terá o mesmo impacto relativo em cada subíndice; o cálculo dos resultados - Calculado através de uma média simples feita das médias ponderadas de cada subíndice, para cada estado.

Resultados e Discussão

Resultados se mostram não lineares entre os estados. Logo, há variação em termos de equidade de gênero entre os estados no Brasil, nos anos analisados. Observa-se também uma redução das desigualdades de gênero entre os anos analisados (aumento da pontuação média nacional). Os estados Norte-Nordeste apresentam pontuação no IGG mais próximo de 1 quando comparados aos estados Sul-Sudeste. Além disso, os subíndices Educação e Saúde se mostram mais nivelados entre os estados e entre os anos analisados. Em contrapartida, os subíndices que mais tiveram variação foram os de Participação e Oportunidade Econômica e o de Empoderamento Político, sendo o primeiro o que mais teve variação entre 2014 e 2018, para todos os estados. O aumento da equidade de gênero de 2014 para 2018 pode ser explicado, em partes, pela melhora na pontuação do subíndice Participação e Oportunidade Econômica. Isso também é observado pelo *Gender Gap Index* do *World Economic Forum* (2018) para o Brasil. Em suma, observa-se que a desigualdade de gênero no Brasil, tem sido reafirmada, em maior parte, pelas diferenças na Participação e Oportunidade Econômica e no Empoderamento Político. Por fim, é observado que em 2014 não há uma correlação significativa entre PIB per capita e IGG, já em 2018 observa-se uma correlação positiva um pouco mais forte, mas que parece estar sendo puxada pelo Distrito Federal que apresenta um alto PIB per capita e alto IGG.

Conclusões

É possível concluir que há desigualdades de gênero entre os estados. Os resultados se mostram não lineares. Os subíndices saúde e educação se mostram mais nivelados em 2014 e 2018. Já os subíndice Participação e Oportunidade Econômica e Empoderamento Político foram os que mais impactaram nas variações da pontuação final do IGG. É preciso buscar a implementação de políticas públicas que incentivem a igualdade de oportunidades econômicas, como o incentivo a criação de ambientes de trabalho inclusivos e a ampliação da representação feminina na política, assim, como fortalecer políticas como a Lei de Cotas para candidaturas destinada às mulheres.

Agradecimentos

Às minhas orientadoras Ana Cecília e Andrezza.